

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Procuradorias pedem alterações no projeto que regula a reforma.....2

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O caminho para antecipar créditos de IBS e CBS.....4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa registra lucro de R\$ 8,9 bi.....6

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

5 passos para PMEs enfrentarem os desafios da Reforma Tributária.....8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mobilização contra impunidade.....9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O desenvolvimento econômico e humano do Brasil será digital e inclusivo.....11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Espírito original do SUS é vital para o país (Editorial).....13

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Imposto Seletivo para salvar vidas? (Artigo).....14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado vê comunicado duro do BC, com corte da Selic só em 2026.....16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para BC, emprego em alta e cenário externo volátil exigem cautela.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Inflação estável nas contas do BC pode segurar queda da Selic.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Senado discute teto para dívida pública.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
ECONOMIA

Previ diz que plano mais antigo agora acumula superávit.....22

Procuradorias pedem alterações no projeto que regula a reforma

Beatriz Olivon De Brasília

Representantes das procuradorias das Fazendas nacional, estaduais, distrital e municipais pedem que seja restabelecido no Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108, que regulamenta a **reforma tributária**, a atribuição do Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias para uniformizar interpretações jurídicas, inclusive para fins de dispensa de atuação perante o Poder Judiciário. O pedido consta em nota técnica apresentada pelo Conselho Nacional da Advocacia Pública Fiscal (Conap) ao relator do texto no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Pela proposta, a atribuição ficaria com o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias (Chat), que não tem participação de procuradores. "Você não pode tirar da advocacia pública a competência para interpretar a legislação", diz a presidente do Conap e procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi Ruas de Almeida.

Se o texto for mantido como está, acrescenta, a saída seria pedir o veto desse ponto ou mesmo recorrer ao Judiciário com a alegação de violação à competência constitucional das procuradorias. "Só depois de chegarem milhares de processos ao Judiciário, a procuradoria poderá se manifestar", afirma a procuradora-geral.

Além de, na prática, eventualmente receitas e procuradorias divergirem sobre a necessidade de seguir recorrendo em alguns temas - e o entendimento de um órgão não vincula o outro -, a mudança deixou entre alguns procuradores a impressão de tentativa de esvaziamento de algumas funções das procuradorias.

Para o Conap, a existência do Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias, cujas resoluções vinculam apenas a atuação dos Fiscos (**Receita Federal** e Secretarias de Fazenda estaduais e municipais, ou seja, os órgãos de fiscalização e cobrança administrativa), não supre a necessidade de atuação e harmonização das interpretações jurídicas realizadas pelas procuradorias. A advocacia pública atua em outras etapas de cobrança do crédito tributário e em outras instâncias (judiciais, consultivas e administrativas), além de exercer o controle de legalidade do crédito tributário com a finalidade de

evitar litígios, diz a nota.

A oitiva obrigatória do Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias estava prevista no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Foi excluída sob a justificativa de que as decisões do Chat vincularão, apenas, as administrações tributárias dos entes federativos. Na nota técnica, a Conap aponta que, apesar da ausência de efeitos vinculantes, é certo que a participação do Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias na atividade de harmonização da interpretação do IBS e da CBS é "indispensável para prevenção e pacificação de litígios entre contribuinte e Fisco".

Em outra nota técnica, o Conap critica o prazo de até 12 meses para inscrição de débito na dívida ativa previsto no PLP 108/2024. O grupo aponta que a proposta "enfrenta graves problemas conceituais e estruturais que ameaçam a segurança jurídica, a eficiência da arrecadação e violam preceitos constitucionais". O trecho se refere apenas ao IBS (inscrições municipais e estaduais/distritais).

O parecer do relator apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do PLP 108/2024, prevê que os entes federativos podem delegar ao Comitê Gestor do IBS (CGIBS) a competência para inscrever a dívida ativa fruto do inadimplemento do novo tributo e que o regulamento dele definirá o prazo máximo para a realização das atividades de cobrança administrativa, desde que não superior a 12 meses, contado da constituição definitiva do crédito tributário.

Segundo a Conap, o CGIBS, sendo um órgão de gestão administrativo-fiscal focado na arrecadação, não possui a natureza nem a distância necessárias para esse controle. "Delegar-lhe a competência de inscrição significa fundir as funções de quem constitui o crédito com quem valida sua legalidade final", afirma em nota técnica.

A previsão de até 12 meses é vista como danosa porque o prazo retardaria o início da cobrança efetiva, dando margem a maior risco de fraude. "Este longo período cria uma perigosa janela de oportunidade para o devedor, que pode promover a dilapidação patrimonial e outras fraudes para esvaziar seus bens", diz o texto. Medidas de proteção ao crédito público, como a presunção de fraude à execução só são

ativadas após a inscrição, tornando a recuperação do crédito mais difícil quando ele chega à advocacia pública, segundo a nota.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

A dívida refere-se apenas ao IBS, o que ainda leva a um descasamento em relação a como vai funcionar a CBS, segundo a presidente do Conap, que destaca a impossibilidade de a autoridade que lança o crédito realizar a inscrição em dívida ativa. O prazo de até 12 meses também fica muito afastado da previsão recomendada pela OCDE, de 90 dias. "Os estudos mostram que quanto antes começa a cobrança maior o índice de recuperabilidade daquele crédito", afirma ela.

As questões apontadas nas notas técnicas são consideradas já avaliadas por técnicos que acompanham a tramitação da reforma no Senado. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na quarta-feira o projeto que regulamenta a **reforma tributária**. O relator apresentou um substitutivo (texto alternativo) ao projeto recebido da Câmara dos Deputados. A matéria vai a Plenário em regime de urgência.

Em nota ao Valor, a assessoria técnica do senador explica que o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias terá competência para atuar como órgão consultivo do Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias nas atividades de uniformização e interpretação das normas comuns relativas ao IBS e à CBS e analisar relevantes e disseminadas controvérsias jurídicas relativas aos **tributos**.

Ainda segundo a área técnica, as resoluções do Fórum irão vincular a PGFN e as Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Portanto, acrescenta, sua competência para harmonizar a atuação das procuradorias está garantida inclusive para fins de dispensa de atuação perante o Judiciário. "O que foi alterado foi a oitava obrigatória do órgão antes das deliberações do Chat, que continua podendo acontecer, só não será obrigatória, porque o Chat exerce competência de caráter normativo".

Sobre a questão dos 12 meses para inscrição em dívida ativa, a assessoria técnica informa que o texto já veio da Câmara dos Deputados com esse prazo. "Embora seja um prazo bem mais alongado do que o aplicável no âmbito da União, ele reflete a realidade operacionalmente possível de diversos entes subnacionais, especialmente municípios menores." Hoje, segundo a nota, muitos desses municípios praticam atualmente prazos bem maiores do que 12 meses.

O caminho para antecipar créditos de IBS e CBS

Edmundo Emerson Medeiros e Bruno Romano

Opinião Jurídica

No regime não cumulativo do IBS e da CBS, espera-se a vendada mercadoria por valor superior ao da aquisição. Porém, quando o tributo embutido nas compras supera o devido nas vendas, apura-se saldo credor. A Lei Complementar(LC) n° 214/2025 estabelece duas condições para seu reconhecimento e devolução, por ressarcimento ou compensação:(1) comprovação por documento fiscal eletrônico (DF-e) idôneo e (2) extinção do débito do fornecedor por modalidade prevista, como o split payment.

Ademais, IBS/CBS terão apuração segregada, vedada a "compensação cruzada". Essa separação exige disciplina reforçada no controle dos créditos e torna a organização do processo fiscal determinante para a liquidez. O reconhecimento do saldo credor passa a depender de três fatores operacionais: (1) a qualidade dos DF-e, (2) a adesão a programas de conformidade e (3) a centralização eficiente dos fluxos de apuração e controle de créditos.

Esse tripé definirá, na prática, não apenas o tempo para converter crédito em caixa, mas também o custo dessa conversão, decorrente do prazo de espera, da necessidade de capital de giro no intervalo ou das despesas adicionais para validar e liberar o crédito sem glosas.

O caso recente, investigado pelo Ministério Público de São Paulo, sobre aceleração indevida de ressarcimentos de ICMS mediante suposta propina, mostra que a transparência procedimental é condição de integridade.

A arquitetura do IBS/CBS oferece antídotos, se forem levados a sério: vinculação do DF-e ao fluxo financeiro (split payment), centralização de apuração e pedidos em um hub único e prazos objetivos, com "gatilhos" e remuneração pela Selic. Com priorização parametrizada, a reforma tende a reduzir o "fura-fila", porém, se a governança não for efetivamente implementada, a captura possivelmente ilícita apenas migrará de lugar.

Nesse cenário, a arquitetura operacional das empresas com histórico de saldo credor se torna

estratégica. A legislação determina apuração consolidada, com pagamento e pedido de ressarcimento centralizados em estabelecimento único, e admite a apuração "assistida" pelos sistemas do Comitê Gestor e da **Receita Federal**. O "hub fiscal" deve operar como linha de produção, na qual emissão, registro, apuração e protocolo do pedido se encadeiem.

A integração entre o ERP e o módulo de DF-e é elo crítico, cuja ineficiência pode atrasar a homologação e a liberação dos créditos.

Os prazos previstos em lei tornam a gestão do crédito decisão estratégica, pois influenciam diretamente o tempo de retorno ao caixa e o custo de carregá-lo. Para pedidos que se enquadrem no fast track, e para contribuintes inscritos em programa de conformidade, o prazo de apreciação é de até 30 dias; fora do programa, 60 dias; e, nos demais casos, 180 dias. Se o Fisco permanecer inerte após isso, aplica-se "gatilho de 15 dias" para pagamento.

Havendo fiscalização, a contagem fica suspensa por, no máximo, 360 dias; ultrapassado esse prazo, o gatilho volta a correr. O valor é corrigido pela Selic a partir do segundo mês subsequente ao pedido e até o pagamento.

O fast track encurta o ciclo financeiro, priorizando: (i) créditos de aquisições de bens e serviços incorporados ao ativo imobilizado; e (ii) pedidos cujo valor não exceda 150% da média mensal da diferença entre créditos e débitos dos últimos 24 meses.

Nessas hipóteses, os prazos são de 30 dias para contribuintes em conformidade e de 60 dias para os demais. A medida beneficia especialmente empresas com saldo credor estrutural - exportadoras ou com elevado volume de saídas desoneradas ou tributadas a alíquota reduzida -, pois garante maior previsibilidade na entrada dos créditos ao acelerar a análise e o pagamento dos pedidos.

O calendário de transição reforça a urgência do preparo. Em 2026, mesmo sendo ano-teste, haverá cobrança de CBS (0,9%) e IBS (0,1%), com possibilidade de compensação com PIS/Cofins. Será período de incentivo ao cumprimento rigoroso das obrigações acessórias, ideal para testar a eficiência de

todo o fluxo do crédito - da geração na compra ao protocolo e à liberação-, identificando e corrigindo gargalos antes da aplicação plena das alíquotas.

Contudo, há incerteza que impacta o custo de carregar créditos: o desenho do contencioso. Para a CBS, aplica-se o processo administrativo fiscal da União, com julgamento em DRJ/**Carf**. Para o IBS, aplica-se o (ainda discutido) PLP nº 108/2024, que institui o Comitê Gestor disciplina o processo administrativo. Nesse cenário, divergências sobre idoneidade de DF-e ou base de cálculo podem tramitar por vias administrativas distintas, elevando custos e riscos.

Em síntese, DF-e de qualidade, participação em programas de conformidade e centralização eficiente deixaram de ser tópicos periféricos de compliance e se tornaram determinantes de liquidez. Empresas que internalizarem essa lógica conquistarão mais previsibilidade, agilidade e resiliência para operar no ambiente tributário reformado.

Edmundo Emerson Medeiros e Bruno Romano são, respectivamente, coordenador de Pós-Graduação e professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie e sócio de SA Law Advogados; e professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie, na fipecafi e no Ibet e sócio de Leite, Tosto e Barros Advogados. Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Caixa registra lucro de R\$ 8,9 bi

» **RAPHAEL PATI**

Com um balanço positivo sobre a primeira metade do ano, a Caixa Econômica Federal apresentou ontem os resultados do 1º trimestre de 2025. Nesse período, o banco registrou um lucro líquido de R\$ 8,9 bilhões, o que representa um avanço de 44,9% em relação aos seis meses iniciais do ano anterior, quando o resultado foi de R\$ 6,2 bilhões. Somente no segundo trimestre - entre abril e junho - a instituição financeira atingiu um lucro de R\$ 3,7 bilhões, com aumento de 12% na comparação com o 2T24.

Na primeira metade de 2025, a margem financeira da Caixa atingiu R\$ 32,7 bilhões, com avanço de 6,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. De abril a junho, o resultado foi de R\$ 16,4 bilhões, o que indica crescimento de 5,7% ante o segundo trimestre do ano anterior. Já as receitas de intermediação financeira acumularam R\$ 115,1 bilhões no primeiro semestre, que representa aumento de 25,4% em relação ao 1S24, enquanto que o resultado trimestral foi de avanço de 29,9%, com as receitas somando R\$ 60 bilhões.

Por outro lado, a provisão para perdas associadas ao risco de crédito caiu quase 40% no primeiro semestre, apresentando o valor de R\$ 5,6 bilhões. Em nota, a Caixa explica que essa queda se deve a mudanças nos modelos de mensuração de risco. No segundo trimestre, a queda nessas provisões foi de praticamente 20%, em R\$ 3,5 bilhões.

Crédito

De acordo com os resultados divulgados, o saldo da carteira imobiliária da Caixa encerrou o primeiro semestre no valor de R\$ 875,5 bilhões, com crescimento de 11,7% em relação ao final de junho do ano anterior. Somente no segundo trimestre, o valor de contratações nessa modalidade atingiu R\$ 57,3 bilhões, considerando recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O crédito para pessoas físicas fechou a primeira metade do ano com R\$ 144,5 bilhões de saldo em carteira, o que indica um avanço de 9,1% em relação a junho de 2024 e de 2,4% na comparação com março de 2025.

O crédito consignado foi o principal destaque, com saldo de R\$ 107,7 bilhões, ou 74,5% da carteira

comercial para pessoa física.

No quesito de acesso a crédito para pequenos empreendedores, a Caixa ampliou o pagamento de microcrédito na primeira metade do ano, com a contratação de R\$ 31 milhões no ProCred Microcrédito e R\$ 130 milhões no Micro-crédito Rural Pronaf-B. A carteira de repasses atingiu R\$ 480 milhões no mês de junho e o banco já estima disponibilizar R\$ 1,5 bilhão em recursos para 2025, tendo os fundos constitucionais e o Programa Acredita como algumas das fontes para esse período.

Programas sociais

Além de anunciar o crescimento do lucro líquido no primeiro semestre de 2025, a Caixa Econômica Federal divulgou os valores transferidos por meio de programas sociais em todo o Brasil. Nesse período, os pagamentos de benefícios somaram R\$ 229,8 bilhões, distribuídos em cerca de 236 milhões de parcelas de transferência de renda.

Somente o Bolsa Família foi responsável pelo pagamento de R\$ 81,4 bilhões, destinados a 20,8 milhões de famílias. Já as transferências por meio do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) somaram R\$ 89 bilhões no mesmo período, com cerca de 7 milhões de brasileiros beneficiados. O Seguro-Desemprego somou R\$ 31,1 bilhões em transferências no 1S25, para 5,6 milhões de beneficiários.

Em relação às loterias da Caixa, houve recrudescimento de 6% na arrecadação com as apostas, que atingiram o valor de R\$ 11,6 bilhões no primeiro semestre. O banco aponta que a queda se deve

Sede da Caixa: resultado obteve avanço de 44,9% na comparação com o semestre anterior à menor quantidade de prêmios acumulados em 2025 na comparação com o mesmo período do ano anterior.

"O total de premiação líquida entregue aos apostadores no período foi de R\$ 4,3 bilhões, aumento de 8,2% em relação ao 1S24. No 1S25, foram destinados R\$ 4,4 bilhões, o equivalente a 38,2% do total arrecadado, aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de **seguridade social**, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde", destaca, em nota, a Caixa.

O presidente da instituição, Carlos Vieira, comemorou

o resultado e considerou que o balanço semestral expõe "números muito fortes". "Tivemos um resultado semestral comparativo muito significativo e um lucro recorrente também muito expressivo" disse Vieira, em evento na sede do banco em São Paulo. Sobre o microcrédito, o presidente destacou o objetivo da empresa em ser um "indutor" para os pequenos empresários. "O objetivo é trazer essa população para que ela tenha acesso ao crédito e possa chegar a um estágio de ser um agente econômico com força na economia" completou.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/09/19/all.pdf>

5 passos para PMEs enfrentarem os desafios da Reforma Tributária

A **Reforma Tributária** de 2025, com a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e do Imposto Seletivo, afetará diretamente as pequenas e médias empresas, que representam mais de 90% dos negócios e 27% do **PIB**, segundo o Sebrae. De acordo com o Banco Mundial, companhias brasileiras gastam em média 1.501 horas anuais com obrigações fiscais, um dos maiores índices globais. A expectativa é reduzir esse custo, embora a transição possa trazer complexidade adicional.

Para o grupo das PMEs, já pressionado pela carga tributária, as mudanças trazem expectativa e cautela. "A proposta simplifica **impostos**, reduz custos e dá mais transparência, porém exige planejamento e revisão de margens para manter a competitividade", aponta Jhonny Martins, contador, advogado e vice-presidente do SERAC.

O novo sistema unificará **tributos** como PIS, Cofins, ICMS e ISS, enquanto o Imposto Seletivo incidirá sobre produtos considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente. "Mesmo fora desses segmentos, há efeitos indiretos já que insumos e logística tendem a encarecer", explica Martins.

Para o especialista do SERAC, a chave é a antecipação. "Empreendedores devem buscar orientação contábil para revisar enquadramento tributário, atualizar sistemas e compreender créditos e compensações do novo modelo. O risco é esperar pela obrigatoriedade e ser surpreendido com impactos no caixa".

Cinco passos para os desafios da Reforma

Revise o enquadramento tributário - Confira se sua empresa continuará no Simples Nacional ou se será mais vantajoso migrar para outro regime no novo modelo de IVA.

Atualize sistemas e processos - Adapte softwares de gestão e notas fiscais para atender às exigências do IVA e do Imposto Seletivo, evitando inconsistências.

Monitore custos indiretos - Mesmo que sua empresa não atue em setores sujeitos ao Imposto Seletivo, acompanhe o impacto em insumos e logística que podem encarecer.

Invista em orientação contábil - Utilize contabilidade consultiva para simular cenários, avaliar créditos tributários e identificar oportunidades de eficiência.

Capacite a equipe - Treine colaboradores para compreender mudanças, prazos e obrigações. Uma equipe informada reduz riscos de multas e aumenta a previsibilidade.

A reforma traz desafios de competitividade, já que grandes empresas contam com equipes internas e pequenos negócios dependem de assessoria externa. "É nesse ponto que o planejamento tributário se torna estratégico, transformando o contador em conselheiro de gestão, ajudando a desenhar cenários e orientar decisões de investimento e precificação", afirma Martins.

Na visão do especialista, o Simples Nacional pode perder atratividade para parte das empresas, o que exige reavaliar o regime diante do novo imposto. "A tecnologia será decisiva, pois sem automação será impossível acompanhar a transição. O IVA alinha o Brasil a mais de 170 países, trazendo previsibilidade e competitividade, mas os ganhos devem aparecer apenas em cerca de cinco anos", finaliza.

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/meu-negocio/5-passos-para-pmes-enfrentarem-os-desafios-da-reforma-tributaria,3fe578f26a58a95e3b804be03a32622ai3ytp8sx.html>

Mobilização contra impunidade

ISRAEL MEDEIROS

Artistas, movimentos sociais e deputados iniciaram uma convocação para manifestações em todo o país, no próximo domingo, em resposta às aprovações da PEC da Blindagem - que dá uma camada de proteção a mais a congressistas e a caciques partidários contra a Justiça - e da urgência da anistia aos golpistas do 8 de Janeiro. A reação nas ruas é capitaneada pela esquerda e visa aproveitar a rejeição mostrada em pesquisas recentes aos dois temas.

Nesta semana, um levantamento da Quaest com 2.004 pessoas de todo o país mostrou que 41% dos entrevistados são contra qualquer anistia. Outra, de agosto, havia mostrado que 53% rejeitavam a proposta de blindagem.

No caso da PEC, aprovada em dois turnos na Câmara, o foco de parlamentares governistas da Câmara e de figuras públicas é pressionar o Senado, onde alguns congressistas influentes já disseram que o texto não deve prosperar.

Até ontem, já havia manifestações confirmadas em várias capitais do país: Brasília - com concentração no Museu da República, às 10h -, Belém, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre e Curitiba.

Em Natal, há previsão de manifestação hoje.

Os atos têm o mote "Congresso inimigo do povo". Entre os organizadores dos atos, estão deputados do PSol, como Guilherme Boulos (SP) e Tarcísio Motta (RJ). Alguns, como a deputada Sâmia Bomfim (SP), também lançaram abaixo-assinados contra a PEC. A página divulgada pela parlamentar alcançou 500 mil assinaturas em 24 horas.

"PEC da Bandidagem"

Dos artistas que aderiram à mobilização, está o cantor e músico Caetano Veloso, que refutou a anistia e chamou a proposta de blindagem de "PEC da Bandidagem". Ele disse que o povo precisa responder nas ruas.

"A PEC da bandidagem, que é o que é, PEC da bandidagem, tem que receber da sociedade brasileira uma resposta saudável, socialmente saudável. Uma manifestação de que grande parte da população brasileira não admite um negócio desses, ainda mais

sendo agora, às pressas, levada à frente esse projeto de anistia. Não pode ficar sem resposta por parte da população brasileira. A gente tem que ir para a rua, para a frente do Congresso, como já fomos outras vezes. Voltar e dizer que não admitimos isso, como povo, nação. Não admitimos", afirmou, em um vídeo publicado em suas redes sociais.

Já a cantora Daniela Mercury enfatizou que a aprovação da PEC da Blindagem é um "absurdo autoritário".

"Senadores, contamos com vocês para impedir esse absurdo autoritário.

A PEC da Blindagem vai contra tudo o que conquistamos de melhor na nossa democracia. Transparência é honestidade com quem paga os **impostos**, com as cidadãs e cidadãos brasileiros", afirmou.

A cantora Anitta também entrou no coro e compartilhou um banner com uma cobrança aos senadores: "PEC da Bandidagem, não. Senadores, contamos com vocês"

**

STF cobra explicação

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), intimou a Câmara dos Deputados ontem a enviar, em até 10 dias, informações sobre a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, aprovada no plenário na quarta-feira. A decisão é em resposta a um mandado de segurança apresentado pelo deputado Kim Kataguirí (União Brasil-SP).

O parlamentar justificou que o texto não seguiu o rito correto de tramitação e que tem inconstitucionalidades.

Depois da votação em dois turnos, o relator da proposta, Claudio Cajado (PP-BA), incluiu, em uma emenda aglutinativa, dois trechos que haviam sido destacados (retirados para discussão em separado).

Um é o voto secreto para manter ou rejeitar prisões de deputados e o outro estende o foro privilegiado a presidentes de partidos.

Kataguirí argumentou ao STF que o texto tramitou

rapidamente e que tem "no mínimo quatro inconstitucionalidades", sendo uma delas a própria emenda aglutinativa.

Outro problema apontado por ele é a extensão do foro aos presidentes de partidos, que, conforme o parlamentar, vai no sentido contrário ao da jurisprudência da Corte.

Além de Kataguiri, acionaram o STF os líderes do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ); e a líder do PSol, Talíria Petrone (RJ), que pediram a suspensão da tramitação da PEC da Blindagem e a nulidade das votações da proposta. (IM)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7823/19-09-2025.html?all=1>

O desenvolvimento econômico e humano do Brasil será digital e inclusivo

» ALBERTO GRISELLI

O setor de telecomunicações é o motor da economia digital e um dos propulsores para o desenvolvimento do Brasil. Há quase três décadas, mantém um ciclo contínuo de investimentos ambiciosos e eficazes, que se traduz em avanço tecnológico e inclusão social. Se considerarmos a estratégia do 5G, por exemplo, o país saiu do zero para perto de 70% de cobertura populacional em apenas três anos.

Uma pesquisa feita pela Opensignal afirma que a qualidade de quinta geração no Brasil supera a dos Estados Unidos e da Europa, sendo a terceira rede 5G mais rápida do mundo. Mesmo sob forte tributação, o preço médio do Gigabyte é de R\$ 1,90/GB, um dos mais baixos da América Latina. Ou seja: o setor entrega aos clientes brasileiros serviço, qualidade e acesso.

Redes modernas e resilientes habilitam aplicações e democratizam a tecnologia. O Brasil é um dos maiores mercados de inteligência artificial (IA) e é o terceiro país em usuários de ChatGPT, com mais de 43 milhões de pessoas, e projeções de chegar a 165 milhões até 2030.

Mas, para que as redes, verdadeiro sistema nervoso central da cidadania e da economia digital, se tornem sempre mais robustas, difundidas e resilientes, é preciso um ambiente propício aos investimentos. O setor de telecomunicações brasileiro investiu em 2024 quase R\$ 35 bilhões. Segundo a consultoria Omdia, a média de CAPEX/receita do setor é 30% acima do patamar dos EUA (19% vs. 14% em 2024). A equação financeira, historicamente desafiadora, começa a se reequilibrar, o retorno sobre capital investido (ROIC) se aproxima do custo do capital, mas, para isso se estabilizar no longo prazo, é preciso de políticas públicas focadas em duas frentes: o reconhecimento do valor criado pelas telecomunicações no ecossistema digital e a criação de valor.

Esse ambiente propício não depende só de capital; pede previsibilidade regulatória e incentivos bem desenhados. Harmonizar regras para antenas, reduzir judicialização e simplificar **tributos** em cascata diminuem o custo de expansão. Diante do salto do tráfego, vale ainda avançar no debate sobre alocação equilibrada de custos na cadeia digital, com critérios

técnicos, transparência e foco no usuário.

Por isso, reconhecer o valor das telecomunicações no ecossistema digital significa primeiramente desenhar uma tributação essencial condizente ao caráter essencial do serviço, começando por exemplo com a manutenção da atual isenção de taxas do IoT. Ao mesmo tempo, se tornou urgente resolver os crônicos desequilíbrios pelos quais os grandes usuários globais (as Big Techs) hoje não contribuem em nada para as redes locais, apesar do crescimento exponencial do tráfego cursado.

Já a criação de valor passa por algo que podemos definir - a digitalização do **PIB**. Em termos concretos, acelerar essa transformação pode adicionar R\$ 1 trilhão por ano na economia, cerca de 10% do **PIB** do país, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A oportunidade é evidente em vários setores. No agronegócio, por exemplo, apenas um terço das fazendas tem conexão, e levar tecnologia ao campo pode elevar a produtividade em até 67%. Na indústria, a modernização dos processos produtivos renderia ganhos de até 38%. E, nas cidades, conectar iluminação, saneamento e mobilidade melhora serviços e economiza recursos. Com integração e parcerias, a escala vem rápido e, além disso, a tecnologia se torna sempre mais aliada da resposta climática, sobretudo pela transição verso o uso de energia limpa.

Na prática, essa digitalização ocorre em camadas: conectividade confiável, uso de inteligência artificial, integração de processos. Casos mais maduros incluem redes privadas 5G em fábricas, telemetria no agro, telemedicina e iluminação inteligente nas cidades e rodovias. Para ganhar escala, é preciso qualificar pessoas e fortalecer a segurança cibernética. Os resultados serão capazes de atrair investimentos e ajudar a orientar políticas públicas e parcerias.

É de toda evidência que o setor de telecomunicações seja a base da escola que ensina, do hospital que cuida, do campo que produz, da indústria que compete, do empreendedor que prospera e da cidade que funciona. É importante seguir com diálogo, cooperação e visão de futuro para conectar governo, empresas, reguladores, academia e sociedade. O desenvolvimento econômico e humano do Brasil não pode esperar e será essencialmente digital e inclusivo.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/09/19/all.pdf>

Espírito original do SUS é vital para o país (Editorial)

O Sistema Único de Saúde (SUS) entrou em vigor há 35 anos, dois anos após ter sido criado a partir da Constituição Federal de 1988. Lançado como resposta a um clamor por justiça social e igualdade no acesso à saúde, o sistema foi inspirado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, e, não se pode negar, tornou-se um dos maiores sistemas públicos de saúde do planeta.

Atualmente, é responsável por cerca de 75% dos atendimentos de saúde no país, segundo o governo federal. Ele abrange desde o atendimento básico até procedimentos de alta complexidade, como transplantes de órgãos - área em que o Brasil é o segundo maior do mundo em volume de transplantes públicos, atrás apenas dos Estados Unidos.

Não é à toa que a revista americana Newsweek divulgou nesta segunda-feira seu ranking anual dos melhores hospitais do mundo em 12 especialidades médicas e o Brasil marcou presença com 22 instituições - sendo sete públicas e 15 privadas. O levantamento considerou recomendações de profissionais de saúde, dados de acreditação e certificações, e indicadores de resultados percebidos pelos pacientes, como melhora dos sintomas e satisfação com o tratamento recebido.

Vale destacar também o protagonismo do SUS durante a pandemia da covid-19. Em um dos momentos mais críticos da história recente, o sistema liderou a campanha de vacinação que alcançou mais de 80% da população com esquema primário completo, reafirmando a expertise do país em campanhas de imunização em massa. O modelo, inclusive, já foi elogiado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O SUS ainda é responsável por ações que vão muito além do atendimento médico: controle de endemias, vigilância sanitária e epidemiológica, distribuição gratuita de medicamentos, saúde mental, saúde indígena e ações de saneamento básico. Tudo isso em um país continental, com mais de 5.500 municípios e imensas desigualdades regionais.

No entanto, especialistas daqui e de fora também apontam suas fragilidades. A desigualdade no acesso - especialmente em áreas rurais e periféricas -, os longos tempos de espera e a fragmentação dos

serviços são vistos como entraves à eficiência do sistema. Da mesma forma, preocupa a dificuldade para o fortalecimento do setor primário - voltado para a prevenção e, portanto, mais estratégico do ponto de vista da saúde pública.

Outro problema crônico é o subfinanciamento. Segundo dados do Conselho Nacional de Saúde, o Brasil investe cerca de 9,6% do PIB em saúde, mas apenas 3,9% são recursos públicos, nível inferior à média de países com sistemas universais. A título de comparação, o Reino Unido investe aproximadamente 7,5%.

A Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos, agravou essa situação. Entre 2018 e 2022, estima-se que o SUS tenha perdido mais de R\$ 37 bilhões em investimentos. O impacto é visível: filas para cirurgias eletivas, falta de médicos em regiões remotas, precariedade de infraestrutura e escassez de insumos básicos. Má gestão, corrupção e burocracia também corroem a eficácia do sistema e levam a esses e outros desamparos.

Aos 35 anos, é hora de resgatar o espírito original do Sistema Único de Saúde - um sistema público, gratuito, eficiente e humano. Para isso, não basta só vontade política. É preciso coragem para enfrentar interesses corporativos e colocar a vida acima do lucro. Afinal, trata-se de um lema do SUS: "Saúde é direito de todos e dever do Estado".

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/09/19/all.pdf>

Imposto Seletivo para salvar vidas? (Artigo)

Márcia Terra

Este artigo é uma réplica ao artigo Imposto Seletivo para salvar vidas (Estadão, 23/8, A6), que defende a aplicação do Imposto Seletivo sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas, açucaradas, tabaco e apostas.

Desde quando aumentar o preço da comida salva alguém? Mesmo o preço da bebida adoçada, tão demonizada. Se as correlações fossem tão simples, os refrigerantes já estariam livres da culpa pela obesidade. Os dados do governo mostram: o consumo de refrigerantes cai ano a ano, mas a obesidade só cresce. A curva de consumo desce, a da obesidade sobe. É claro que é muito simplista fazer essa correlação, pois existem muitos fatores ligados à obesidade e ao consumo de refrigerantes. E nunca é demais lembrar: correlação não é causalidade. Obesidade e doenças crônicas não transmissíveis são multifatoriais e complexas. Ainda assim, insistem no tal Imposto Seletivo como solução mágica. Mas esquecem-se de que esse modelo não funcionou em lugar algum do mundo. Em todos os lugares onde foi implantado, o consumo desses produtos até diminuiu, num primeiro momento, mas depois voltou aos níveis anteriores, e nenhum efeito positivo foi percebido na população dos países ou regiões onde implantaram a sobretaxa. Ela não funciona porque as pessoas sabem se defender: vão em busca de substituição por versões baratas, caçam promoções ou trocam por produtos equivalentes.

A verdade é que ninguém obriga ninguém a comer ou beber o que não quer. Como no ditado: você pode levar o cavalo até o rio, mas não vai forçá-lo a tomar água. O maior problema é que este imposto é regressivo, ou seja, penaliza os mais necessitados. Para o rico, vira escolha; para o pobre, é proibição. Vestem um discurso de saúde, mas, na prática, é exclusão.

Essa agenda vem junto com a cruzada contra os tais alimentos "ultraprocessados". A classificação Nova foi inspirada num livro chamado Regras da Comida: Um manual da sabedoria alimentar, do jornalista norte-americano Michael Pollan, que escreve no The New York Times. Se você o ler, vai notar que todo o conceito por trás dos ultraprocessados está ali. E o livro é anterior à classificação Nova, que cunhou o termo ultraprocessado no nível quatro. De fato, o foco dessa classificação é ir contra a indústria, contra o capitalismo e o livre mercado.

Pela definição, basta conter aditivo alimentar. Ou seja, entram aqui pães integrais, iogurtes, queijos, leite em pó fortificado, fórmulas infantis, dietas enterais, adoçantes e quase tudo o que se vende num supermercado. Quem inventou o termo ignora que aditivos são avaliados pela Anvisa e pelo Jecfa/Codex Alimentarius da FAO/OMS. Sem eles, a fome global seria maior. Ainda assim, ex-ministro e ex-presidente da Anvisa apoiam a demonização dos aditivos, esquecendo-se de que a cadeia de abastecimento depende de fábricas e conservação segura. E mais: colocam bebidas açucaradas no mesmo grupo que álcool e tabaco. Comparação absurda. Açúcar é alimento. Nosso corpo precisa de glicose. Já álcool e tabaco são drogas, que, em qualquer dose, fazem mal.

ONGs que antes trabalhavam contra o tabaco agora bradam que "o açúcar é o novo tabaco". Não, não é. Outro equívoco: não existe alimento bom ou ruim. O que existe são dietas desequilibradas, e o único alimento ruim é o estragado. Também não existe "comida de verdade" versus "comida de mentira": isso é marketing de cozinheiro que queria ser nutricionista. E quem aplaude isso esquece a realidade: muitas pessoas em insegurança alimentar ainda usam açúcar como refeição, café adoçado ou tubaína barata para enganar a fome. Quem vive em bolhas, consumindo quinoa orgânica e kombucha a R\$ 50 o quilo, não tem moral para ditar o que deve ou não entrar no prato do povo.

Falam em "ciência independente", mas esquecem-se de um pequeno detalhe: parte dessa "independência" responde a ONGs poderosas. Conflito de interesse não conta? E, ainda por cima, todos os estudos que eles produzem são estudos observacionais, cheios de correlação, causalidade reversa e confusão residual. Criaram a Nova e eles próprios fazem estudos para validá-la. Mas ninguém comenta, porque eles são da "academia".

Felizmente, estatísticas frágeis, repetidas à exaustão, não viram verdade. Ainda houve a piada do Datafolha: "94% dos brasileiros aprovam aumento de imposto". Só conheço os 6% contrários. Até pobre pedindo mais imposto? Isso, no mínimo, é ficção ou manipulação.

Prometem tripla vitória: reduzir o consumo, mas experiências mostram que não; cortar custos de saúde (só se resolverem segurança, inflação, educação, estresse, ansiedade); e, claro, aumentar arrecadação (esse ponto, sim, é certo). O governo agradece:

transfere à indústria a culpa pelo que não entrega em saúde, transporte, lazer, educação e segurança. E ainda dizem que comida mata mais que trânsito e violência. Não é piada, é projeto político que rende voto.

Querem uma solução real? Subsidiem frutas, verduras e legumes. Incentivem embalagens e conservação para levar esses produtos a todos os rincões do Brasil esquecido e para o mundo todo. Mas isso dá trabalho. Aumentar imposto é simples. Para um problema complexo, solução fácil e errada. O que importa é o número de likes. O show continua. Não duvido de abrir o jornal e ver Bela Gil nomeada presidente da Anvisa ou ministra da Saúde. Currículo sobra. Só falta padrinho.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/o-estado-de-s%C3%A3o-paulo>

Mercado vê comunicado duro do BC, com corte da Selic só em 2026

Mesmo com sinais de arrefecimento da atividade econômica e da **inflação**, a maioria dos analistas do mercado (28 de 38 instituições) não espera mudanças na taxa Selic neste ano. De acordo com o Projeções Broadcast, o tom considerado mais duro do **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom), na quarta-feira, não alterou a proporção de economistas que veem a Selic estável neste ano em relação ao levantamento anterior, realizado em 11 de setembro, antes da reunião do colegiado.

Entre as 28 instituições que veem cortes no juro só a partir de 2026, 12 projetam o afrouxamento monetário a partir de janeiro e 14, só a partir de março. Outras duas casas estimam cortes apenas a partir do segundo trimestre de 2026. As medianas para a Selic em janeiro e em março de 2026 apontam, respectivamente, 14,75% e 14,25% - ante a taxa atual de 15%.

A avaliação de parte do mercado é de que o movimento recente de valorização cambial e de queda nas expectativas de **inflação** poderia ter levado o BC a rever para baixo a estimativa para a **inflação** do primeiro trimestre de 2027, que, no entanto, ficou inalterada em 3,4%.

"O BC está considerando um dólar bem mais baixo agora; então, temos esse anseio de saber como ele considera o impacto desse câmbio mais apreciado para a **inflação**", disse a economista-chefe do PicPay, Ariane Benedito, apontando que o **comunicado** deixou dúvidas sobre o porquê de a projeção ter sido mantida em 3,4%.

O tom conservador da comunicação do Copom, com a perspectiva de corte de juros só a partir de janeiro, provocou ontem uma alta nos juros futuros e estimulou uma realização de lucros tímida na Bolsa, depois de três dias consecutivos de recordes do Ibo-vespa, o principal índice da B3.

O Ibovespa terminou o dia com 145.499 pontos, baixa de 0,06%, afetado também por perdas nas ações dos setores de commodities. Até ontem, o índice acumulava ganho de 2,27% na semana, com avanço de 2,88% no mês. No ano, o Ibovespa sobe 20,96%.

No mercado de juros futuros, a taxa de contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027

subia de 13,926% para 13,990%. O DI para janeiro de 2029 era negociado a 13,110%, vindo de 13,038%.

DÓLAR. No mercado de câmbio, após rondar a estabilidade ao longo do dia, o dólar ganhou fôlego na reta final dos negócios e encerrou cotado a R\$ 5,31, com alta de 0,34%. Para a economista-chefe da Buysidebrazil, Andrea Damico, o real apresentou um desempenho relativo bem melhor do que o de outras moedas emergentes, em dia marcado por fortalecimento global do dólar. "Isso é reflexo principalmente da comunicação do Copom, que veio com um tom muito duro. Ele não revisou para baixo a projeção de **inflação**", disse Andrea, ressaltando que a apreciação recente do real permitiria uma "calibragem" das estimativas pelo BC. *anna scabelLO e DANIEL TOZZI MENDES/SÃO PAULO*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para BC, emprego em alta e cenário externo volátil exigem cautela

ANNA SCABELLO DANIEL TOZZI MENDES

Além de ter mantido sua projeção para a **inflação** do primeiro trimestre de 2027 inalterada em 3,4%, a despeito da melhora da **inflação** corrente e das perspectivas à frente sinalizadas pela pesquisa Focus, o Banco Central destacou em seu **comunicado** de quarta-feira que o cenário externo segue incerto, enquanto o interno apresenta um mercado de trabalho ainda resiliente.

Para o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Daniel Xavier, o **comunicado** referendou a expectativa de que o espaço para a retomada dos cortes na Selic só deve aparecer após o primeiro trimestre do ano que vem.

"A ideia que o **comunicado** passou é de que o Copom não está confortável em discutir qualquer chance de cortar o juro. Ele não vê isso no cenário e não é o que se discute lá dentro", diz Xavier.

Em linha com boa parte do mercado, ele chama a atenção para o fato de a projeção de **inflação** do BC para o primeiro trimestre de 2027 ter se mantido em 3,4%, o que reforça esse discurso cauteloso. "Historicamente, o BC considera como "ao redor da meta" um desvio de no máximo 0,20 ponto porcentual nas projeções de **inflação**. Ou seja, a mensagem é de que ele ainda está desconfortável."

CENÁRIO-BASE. O Bradesco também avalia que o **comunicado** do Copom trouxe poucas mudanças e que o BC segue prezando por um discurso cauteloso, o que ficou evidente pela manutenção das suas projeções de **inflação** para o horizonte considerado relevante para a política monetária - "mesmo diante da melhora nos indicadores correntes".

"Desde a última reunião (em julho), houve queda nas expectativas de **inflação**, no preço do petróleo e na taxa de câmbio, fatores que tenderiam a reduzir a projeção do modelo. Isso sugere que o BC pode ter ajustado parâmetros como o hiato do produto ou a taxa neutra de juros", sugere o Bradesco, cujo cenário-base é de início dos cortes na Selic apenas em janeiro, com expectativa de juro básico em 11,75% no fim de 2026.

O economista-chefe da Nova Futura Investimentos,

Nicolas Borsoi, por sua vez, manteve seu cenário-base de corte no juro pelo BC já em dezembro. Ele ressalta, porém, que essa projeção pode mudar, a depender do conteúdo da ata da reunião e do novo Relatório de Política Monetária (RPM), que serão publicados na próxima semana.

Em linha com a leitura majoritária do mercado, o economista da Nova Futuro corrobora o tom um pouco mais duro que o esperado no **comunicado** de quarta-feira do BC. A grande surpresa no **comunicado**, segundo ele, foi o cenário de projeções do IPCA, porque o mercado já esperava uma redução para o primeiro trimestre de 2027 para algo próximo de 3,3%", observa.

"Há a hipótese de que o BC tenha revisado o hiato do produto para cima, o que de certa forma não conversa muito com os últimos dados da atividade, mas conversa com o mercado de trabalho. Essa seria uma visão bem mais dura do **comunicado** de ontem (quarta-feira)."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação estável nas contas do BC pode segurar queda da Selic

Análise

Alex Ribeiro De São Paulo

No dia seguinte à reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), uma das principais questões em aberto é saber por que as projeções oficiais de **inflação** ficaram paradas em 3,4% no chamado horizonte relevante de política monetária.

Por mais que o Banco Central tenha procurado relativizar o peso das projeções de **inflação** como sinalizador de decisões futuras para a taxa Selic, essa é uma informação avaliada por participantes do mercado para antecipar quando o ciclo de distensão monetária poderá ocorrer.

Em 3,4%, a projeção de **inflação** para os 12 meses encerrados em março de 2027 ficou imóvel em relação ao percentual divulgado na reunião do Copom de julho. A estimativa, que assume a hipótese de uma queda de juros a partir de janeiro, está acima da meta de 3%. A conclusão imediata é que, por essa projeção de **inflação**, não é possível cortar a Selic como previsto na pesquisa Focus de expectativas de mercado. E o cenário para reduzir a Selic não melhorou.

Na entrevista do Relatório de Política Monetária (RPM) de junho, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, disse que "existem várias trajetórias [possíveis] para a Selic", além daquela do Focus - o que, na ocasião, enfatizou a possibilidade de o Copom fazer algo diferente do previsto para cumprir a meta.

Quando menciona trajetórias, em tese o BC abre um leque de possibilidades. Pode ser o início da distensão depois de janeiro e também o início da distensão em janeiro, mas depois cortar menos do que o previsto. Na semana que vem, sai uma nova edição do documento, e será importante checar se Galípolo mantém a mesma visão.

O fato é que havia uma expectativa de participantes do mercado de que a projeção de **inflação** do Copom fosse baixar. Uma pesquisa do BTG Pactual junto a 43 clientes da instituição mostra que apenas 9% esperavam a manutenção da projeção em 3,4%. Uma fatia mais expressiva, de 67%, previa uma queda para

3,3%, e 21% antecipavam que fosse para 3,2%.

Caso ocorresse, seria uma baixa milimétrica, e a **inflação** projetada seguiria ainda acima da meta. Mas seria uma informação que apoiaria a visão de uma parcela dos participantes do mercado de que, até janeiro, o cenário inflacionário vai melhorar e abrir caminho para a Selic cair.

Por que a projeção não caiu? Há pelo menos duas explicações circulando entre especialistas do setor privado. Uma é que as projeções, que dependem não só do modelo e envolvem uma dose de julgamento e subjetividade, são, na verdade, uma mensagem conservadora do Banco Central na direção de que vai insistir para quebrar a espinha dorsal da **inflação**.

Outra explicação que circula entre economistas do mercado é mais na linha matemática. A queda do dólar e o recuo sazonal da **inflação** recentes ajudaram um bocado, ao reduzir a força inercial e ajudar a baixar um pouco as expectativas de **inflação**.

Mas, de outro lado, o nível de ociosidade da economia pode ser menor do que se suspeitava anteriormente. De junho para cá, o mercado reviu de 6,5% para 6% o nível de desocupação previsto para dezembro deste ano.

O Banco Central usa um conjunto mais amplo de dados para avaliar o mercado de trabalho, mas é fato que os gráficos de cabelos esvoaçantes continuam operantes - ou seja, taxas de desemprego que vão sendo atualizadas para baixo, assumindo o formato gráfico de uma sequência de fios de cabelo.

Mas esse é apenas o ponto de partida, e tanto o BC quanto o mercado financeiro reconhecem que a economia está sobreaquecida. O que importa é o que todos preveem para o futuro. Em junho, o BC previa que a economia iria abrir uma capacidade ociosa de 0,8% até o fim de 2026, mas o mercado ainda achava que seguiria sobreaquecida, em 0,3%.

Essa é uma divergência relevante de visões, que explica por que o Copom projeta uma **inflação** tão mais baixa que os participantes do mercado. Semana que vem, a visão do mercado sobre o nível de ociosidade da economia será atualizada no questionário pré-Copom, e a do BC, no Relatório de

Política Monetária.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Senado discute teto para dívida pública

Alex Ribeiro

Um projeto de resolução em tramitação no Senado que estabelece um teto para a dívida bruta está causando preocupações em integrantes da equipe econômica do governo porque, na prática, poderá representar uma moratória da dívida pública.

A proposta define um teto para a dívida bruta equivalente a 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**) ou seis vezes e meia o valor da receita corrente líquida da União acumulada nos doze meses imediatamente anteriores à sua apuração. Apenas a dívida bruta da União entraria no limite.

O que preocupa os economistas do governo é que, na prática, se esse limite for atingido, o governo estará impedido de fazer novas despesas financeiras, o que inclui a colocação de papéis para a rolagem da dívida vencida e também o pagamento de juros.

A interpretação de técnicos do governo é que a proposta limitaria, inclusive, a realização de operações compromissadas pelo Banco Central, que é um dos instrumentos utilizados para retirar o excesso de dinheiro em circulação na economia e manter a taxa Selic na meta estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom). As compromissadas integram o conceito de dívida bruta da proposta, que usa o conceito adotado pelo Banco Central.

O projeto de Resolução do Senado n- 8 é de autoria do senador Renan Calheiros (MDB-AL) e de outros sete senadores e tem chances de ser colocado para votação na próxima terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A proposta conta com parecer favorável do relator, o senador Orivosto Guimarães (PSDB-PR).

A proposta regulamenta o artigo n- 52, inciso VI, da Constituição, que determina que "o Senado Federal, no âmbito de suas competências privativas, deve fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

Também regulamenta o artigo na 30, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que diz que, no prazo de 90 dias, o presidente da República "submeterá ao Senado Federal proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios, cumprindo o que

estabelece o inciso VI do art. 52 da Constituição".

Apesar de previstos na Constituição e na LRF há décadas, o governo e o Congresso Nacional evitavam a sua regulamentação porque, na prática, abririam a possibilidade de um calote na dívida pública e a extinção do principal instrumento de controle da **inflação** pelo Banco Central.

Se entrar em vigor, a moratória da dívida pública poderia acontecer em poucos anos, receiam economistas do governo - e a tendência seria uma crise nos mercados desde já, porque haveria uma rejeição à compra de papéis que no futuro poderiam deixar de ser honrados pelo Tesouro.

O parecer de Guimarães inclui no limite de 80% do **PIB** apenas as dívidas da União, excluindo Estados e município, que têm limites próprios. Hoje, a dívida bruta do governo geral se encontra em 77,6% do **PIB**, dos quais 74,1% do **PIB** se referem às dívidas da União.

Segundo projeções do mercado reunidas no boletim Focus, a dívida bruta deverá fechar o ano em 80% do **PIB**, incluindo União, Estados e municípios. Não há projeções de mercado no Focus apenas para a dívida bruta da União. Mas é possível que a parte da dívida apenas da União ultrapasse 80% do **PIB** em até três anos, considerando que a projeção do mercado para a dívida bruta total é de 84,1% do **PIB** em 2026, 87,3% do **PIB** em 2027 e 89,4% do **PIB** em 2028.

Em vários momentos, economistas e parlamentares chegaram a defender um teto no endividamento público como forma de disciplinar os gastos do governo, mas desistiram diante da realidade de que o débito federal sobe devido a fatores que fogem do controle dos formuladores e executores do Orçamento.

A dívida bruta sobe quando há, por exemplo, uma desvalorização cambial ou uma alta de juros para combater um surto inflacionário. Também pode crescer mais rapidamente nas recessões, quando o **PIB** passa a crescer mais lentamente em termos nominais. A única variável diretamente sob controle do governo é o resultado primário, que tem metas definidas pelo Congresso.

Proposta define teto para dívida bruta de 80% do **PIB** ou 6,5 vezes a receita corrente líquida da União acumulada em 12 meses

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Previ diz que plano mais antigo agora acumula superávit

Liane Thedim

Do Rio A Previ confirmou ontem que o Plano 1, que havia encerrado 2024 com déficit de R\$ 3,16 bilhões, voltou a ser superavitário. Segundo o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, o resultado em agosto foi positivo em R\$ 4,17 bilhões, levando a um superávit acumulado no ano de R\$ 1,48 bilhão. A rentabilidade acumulada em 2025 é de 9,25%, acima da meta atuarial de 6,32%. O Plano 1, o maior e mais antigo da fundação, tem R\$232,9 bilhões em investimentos e 106 mil associados, a maior parte já em fase de recebimento de benefícios.

Na estratégia de "imunizar" a carteira desse plano, de janeiro a agosto de 2025 a Previ se desfez de cerca de R\$ 7 bilhões em ações e imóveis e comprou títulos públicos indexados à **inflação** (NTN-Bs) com taxa média de retorno de IPCA mais 7,35% ao ano. Em 2024, já tinham sido investidos outros R\$ 12 bilhões. Em 2012, o Plano 1 tinha 59% da carteira em renda variável, e hoje a fatia está em 6%. Já a de renda fixa era de 32% em 2012, e agora está em 64%.

No último dia 11, a Previ anunciou a venda de sua participação na Neoenergia para a Iberdrola, num total de R\$ 12 bilhões. Como o ativo estava registrado na carteira por R\$ 10 bilhões, a transação representou um ágio de R\$ 2 bilhões em relação ao valor de mercado. Os papéis eram um dos ativos "maduros" do Plano 1, desde o fim dos anos 1990 na carteira de renda variável.

Nas contas da Previ, a Neoenergia teve valorização de 145% desde a oferta inicial de ações (1PO) da empresa, em 2019, até a assinatura do acordo de venda das ações para a Iberdrola. O percentual supera a rentabilidade do CDI no mesmo período, de 70%, e a alta acumulada do Ibo-vespa, de 41%. Segundo a Previ, a transação foi aprovada, tem liquidação financeira prevista para as próximas semanas e "deve contribuir significativamente para o aumento do superávit acumulado do Plano 1".

O déficit é alvo de auditoria, ainda não concluída, por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) desde abril, após o órgão identificar o que chamou de "indícios de irregularidades", diante da drástica queda da rentabilidade do Plano 1. "Nunca houve rombo de qualquer tipo, os resultados negativos em 2024 foram

conjunturais. Nossos investimentos são feitos sempre de forma técnica e criteriosa, por isso são tão resilientes", afirma João Fukunaga, presidente da Previ, em **comunicado** oficial da fundação divulgado ontem.

Já o plano Previ Futuro, que tem R\$ 38,6 bilhões em investimentos e 87 mil associados, acumula rentabilidade de 10,30% em 2025, acima da meta de 6,23%.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>